

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Correio Braziliense*

Class.: *Davi Yanomami*

Data: *14.02.89*

Pg.: *2762*

Uma trama para ganhar a Amazônia

MARIO CHIMANOVITCH

O Governo brasileiro está convencido de que a atual campanha de pressões que está sendo exercida a nível mundial contra o Brasil, acusando-o de promover a devastação sistemática da floresta amazônica, não é resultado de ações independentes empreendidas por grupos genuinamente interessados na preservação ecológica da região. Mas sim que faz parte de uma bem orquestrada estratégia, com fins políticos, cujas origens remontam ao início da década de 80 e tem suas raízes no **Christian Church World Council** (Conselho Mundial de Igrejas Cristãs), sediado em Genebra, na Suíça, que aglutina as igrejas protestantes através do mundo. Esse conselho não tem vinculações com o Vaticano, mas no Brasil tentou envolver o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), subordinado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), num episódio que determinou inclusive a instalação de uma CPI na Câmara Federal, que não chegou a nenhuma conclusão.

Segundo apurou o **C O R R E I O BRAZILIENSE**, através de fonte ligada aos ministros militares e ao Planalto, o Governo possui uma série de documentos coletados por seus serviços de informação ao longo dos últimos anos comprovando a existência daquilo que os analistas militares definem como um verdadeiro "complot" contra a soberania nacional na Amazônia, encoberto pela abordagem das chamadas questões indígena e ecológica. Segundo o informante, dispoñdo de recursos financeiros ilimitados, essa organização — o **Christian Church World Council** — vem manipulando sistematicamente a boca de pessoas e grupos interessados na preservação do meio ambiente e na defesa das culturas indígenas e promovendo, portanto, uma campanha difamatória contra o Brasil em escala internacional.

"O Governo brasileiro vem acompanhando atentamente a ação dessa gente que já conseguiu 'plantar' várias missões pseudo-religiosas na Amazônia. É muito possível, inclusive, que as autoridades venham a colibir as atividades de certos grupos protestantes, principalmente em Roraima, que estão atuando junto à reserva dos Yanomami, mas que parecem mais preocupados em avalliar as riquezas do subsolo do que cuidar dos índios proprie-

mente. Eles construíram na região uma pista de pouso destinada a receber aviões de grande porte e não tão só monomotores ou bimotores comuns na região", revelou a fonte do **CORREIO**.

DIRETRIZES BRASIL

Entre todos os documentos coletados pelos serviços brasileiros ao longo dos últimos anos, o que mais inquietava as autoridades continua sendo aquele que expõe a adoção de uma estratégia com relação à Amazônia e que vem sendo sistematicamente implementado pelos seus autores, através da mobilização de vastos recursos financeiros e dezenas de instituições ligadas direta ou indiretamente entre si. Trata-se do documento intitulado "Diretrizes Brasil nº 4 — Ano '0", elaborado em Genebra, em julho de 81, durante a realização do Simpósio Mundial sobre Divergências Interétnicas na América do Sul, organizado pela **Christian Church World Council**.

"A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreendendo também parte dos territórios da Venezuela, Colômbia e Peru, é considerada por nós como um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial (...)", diz o documento que nomeava como líderes do movimento a ser deflagrado as seguintes organizações: **Le Comité International de la Defense de l'Amazonie**, **Inter-American Indian Institute**, **The International Ethnical Survival**, **The International Cultural Survival**, **Workgroup for Indigenous Affairs**, **The Berna-Geneve Ethnical Institute** e o conselho coordenador da **CCWC**.

"É nosso dever: defender, prevenir, impedir, lutar, insistir, convencer, enfim esgotar todos os recursos que, devida ou indevidamente, possam redundar na defesa, na segurança, na preservação desse imenso território e dos seres humanos que o habitam e que são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer".

"É nosso dever: impedir em qualquer caso a agressão contra toda a área amazônica, quando esta se caracterizar pela construção de estradas, campos de pouso, principalmente quando destinados a atividades de garimpo, barragens de qualquer tipo ou tamanho, obras de fronteira, civis ou milita-

res, tais como quartéis, estradas, limpeza de faixas, campos de pouso militares, e outros que signifiquem a tentativa de modificações, ou do que a civilização chama de progresso (...)", afirma o documento.

O documento determina também "angariar o maior número possível de simpatizantes (a estratégia definida), principalmente entre pessoas ilustres, como é o caso de Gilberto Freyre no Brasil (já falecido), bem como e principalmente entre políticos, sociólogos, antropólogos, geólogos, autoridades governamentais, indigenistas e outros de importante influência, como é o caso de jornalistas e seus veículos de imprensa (...)

Enfatizar o lado humano, sensível das comunicações permitindo que o objetivo básico permaneça embutido no bojo da comunicação, evitando discussões em torno do tema. No caso dos países abrangidos por estas diretrizes, é preciso levar em consideração a pouca cultura de seus povos, a pouca perspicácia de seus políticos ávidos por votos, que a Igreja promoverá em abundância (...)"

E mais adianta ressaltar a necessidade de despertar no índio "algum orgulho que tenha dentro de si, pois é preciso que veja o homem branco como um inimigo permanente e tenha consciência de que o missionário é a única salvação".

E mais significativo ainda: "É preciso infiltrar missionários e outras pessoas contratadas (inclusive não-religiosos) em todas as áreas indígenas, pois é muito importante aplicar o plano básico das missões, que se conecta com as linhas-mestras aqui expostas (...)"

Com relação ao aspecto financeiro da operação, o documento esclarece que "será permitido estipular pequenas verbas, distintas da verba principal, para fins de dar suporte a operações paralelas, não compreendidas".

"No que concerne à transmissão e tramitação de documentos e informações, são válidas de modo geral as seguintes instruções para verbas: o GEN. 78-3, para assuntos políticos; o GEN. 80-12, para assuntos de sigilo máximo; o GEN. 79-7, em toda a sua gama e em todos os seus aspectos, sem exceção. O endereço continuará sendo mantido sob a senha "GOTLIEB", principalmente por causa dos colombianos. É o que foi decidido."

O documento é assinado por H.V. Hobberg e S.B. Samuelson.